

## Canal Energia – 11/09/2012

### **Pacote de redução de tarifas é positivo, mas ainda precisa de detalhamento, avaliam consultores**

[http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Noticia\\_Exclusiva.asp?id=91429](http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Noticia_Exclusiva.asp?id=91429)

*Cálculo utilizado para se chegar aos percentuais de redução, entre 16% e 28%, não foi revelado*

Carolina Medeiros e Pedro Aurélio Teixeira, da Agência / CanalEnergia, Notícia Exclusiva

O pacote de redução das tarifas de energia é bastante positivo porque trará reduções reais para os consumidores de energia, segundo avaliação de consultores entrevistados pela Agência CanalEnergia. No entanto, eles pedem que o pacote seja mais detalhado, pois não se sabe que cálculo foi utilizado para se chegar aos percentuais de redução apontados pelo governo - de 16,2% para os consumidores residenciais e entre 19% e 28% para os consumidores industriais.

"Os efeitos do que o governo está fazendo vai ser muito positivo, porque vai reduzir o custo da energia. Agora, tem bastante coisa que precisa ser mais detalhada, simulada, testada e desenhada", apontou Luiz Barroso, da empresa de consultoria PSR. Segundo ele, a forma como essas reduções serão conseguidas demandam uma série de regulamentações mais específicas que vão precisar ser feitas com muito cuidado.

"Os recados macros que foram passados é que eles vão extinguir a CCC e a RGR e o Tesouro vai compensar uma parte da CDE. Além disso, ficou claro que o governo vai renovar as concessões a custo de Operação e Manutenção, o que significa um custo bastante barato, e que essa energia será alocada no ACR", frisou Barroso. **Claúdio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, também acredita que esse é um bom começo. "Era insustentável contarmos com 45% de encargos e impostos na conta de luz. É a primeira vez que vejo o consumidor não sendo usado para arrecadar", avaliou.

No entanto, ele acredita que é possível avançar ainda mais, principalmente na redução dos impostos. "A gente entende o esforço que está sendo feito em cima dos encargos, mas ainda há um potencial enorme de redução de impostos, principalmente se trouxermos à mesa de discussão o ICMS arrecadado pelos estados", comentou **Sales**.

Uma expectativa do mercado que não foi atendida no pacote de energia foi a alocação isonômica da energia proveniente das concessões que serão prorrogadas. Segundo a presidente Dilma Rousseff, os 22.341 MW ou 18,3% do total da energia produzida no país, serão destinados ao mercado regulado. "A gente está um pouco confuso com a questão da inserção dessa energia apenas no mercado regulado. Nós e várias associações do setor esperávamos que fosse isonômica a colocação dessa energia no mercado", afirmou João Mello, presidente da Andrade & Canellas.

Segundo ele, isso cria uma expectativa pouco otimista no mercado livre - se o governo não deseja continuar com o mercado, se não deseja dar atratividade para esse mercado.

"Não nos parece adequado, numa primeira olhada, a destinação apenas para o mercado regulado, já que existe o mercado livre, que hoje corresponde por 30%, e onde está a maior parte da indústria", ressaltou Mello.

Barroso, da PSR, disse ainda que o mercado tinha a preocupação de que o pacote afetasse demasiadamente os investimentos das empresas do Grupo Eletrobras, visto que a maior parte das concessões vincendas pertencem à estatal. "A presidente deu uma dica de que, como vai pagar pelos ativos não depreciados, a Eletrobras receberá recursos e terá, pelo menos, um fôlego inicial para realizar seus investimentos", analisou.